

ÍNDICE

Prefácio da 7.ª Edição	5
Siglas e Abreviaturas	7
Plano da Obra	11

PARTE I – O QUE É O DIREITO 13

1. A Origem e a Necessidade do Direito	15
2. Breves Notas sobre a Génese do Direito	19
2.1. O Direito, legado da Antiguidade Romana	19
2.2. O Direito na Idade Média	20
2.3. Os Direitos Canónico e Concordatário	21
3. Direito positivo, Direito vigente e Direito natural	23
3.1. Direito positivo	24
3.2. Direito vigente	24
3.3. Direito natural	25
3.4. A questão do jusnaturalismo e do juspositivismo	27
4. O Direito e a Sociedade	31
5. Os Códigos de Conduta	37
5.2. Normas de cortesia	39
5.3. Normas de decoro	40
5.4. Normas de etiqueta	40
5.5. Normas de protocolo	41
5.6. Normas de religião	41
5.7. Normas morais	42
5.8. Normas jurídicas	43
6. Direito e Coercibilidade	45

6.1.	Coercibilidade e força	47
6.2.	O regime sancionatório do Estado	49
6.3.	Espécies de sanções jurídicas	49
6.3.1.	Sanções penais	50
6.3.1.1.	As penas principais nas quais se incluem:	51
6.3.1.2.	As penas não privativas de liberdade	52
6.3.1.3.	As penas acessórias e efeitos das penas	53
6.3.2.	Sanções contraordenacionais (coimas)	56
6.3.2.1.	As sanções acessórias do pagamento da coima	60
6.3.3.	Sanções civis	60
6.3.3.1.	A nulidade e anulabilidade	60
6.3.3.2.	Sanções reconstitutivas	63
6.3.3.3.	Sanções compulsórias (cláusula penal dos contratos)	65
6.3.4.	Sanções disciplinares	66
7.	O Direito e a Moral	71
8.	O Direito e a Justiça	75
9.	O Direito e a Segurança	81
10.	As dimensões do Direito	83
11.	O Direito, a Ética e a Deontologia	89
11.1.	A axiologia	89
11.2.	A ética	91
11.3.	A deontologia	99
11.4.	A ética no dia a dia das empresas	102
11.4.1.	Uma forma de estar ética	104
11.4.2.	Os códigos e as comissões de ética	105
11.4.3.	As vantagens da ética nas empresas ou «a empresa ética do futuro»	107

PARTE II – COMO NASCE E SE APLICA O DIREITO 111

1.	As Fontes do Direito	113
1.1.	A lei	114
1.1.1.	Procedimento legislativo	117
1.2.	O costume	119
1.3.	A jurisprudência	121
1.4.	A doutrina	124
1.5.	A equidade	125
1.6.	Os princípios fundamentais (ou gerais) do direito	127
1.7.	As fontes Europeias	127

1.7.1. A Europa até 2009	127
1.7.2. O Tratado de Lisboa	129
1.7.2.1. Principais disposições	129
1.7.2.2. Mudanças institucionais	131
1.7.3. O Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária (TECG)	132
1.7.4. As fontes da União Europeia	134
1.8. As fontes internacionais (Tratados ou Convenções Internacionais)	137
2. A Ordenação das Fontes	139
2.1. Normas de direito europeu	139
2.2. Leis constitucionais	141
2.3. Normas de direito internacional	141
2.4. Leis	141
2.5. Regulamentos	143
3. A Aplicação das Leis no Tempo	145
3.1. Início da vigência da lei	145
3.2. Termo da vigência da lei	158
3.2.1. Caducidade	159
3.2.2. Revogação	160
3.3. O conflito das leis no tempo	161
3.4. Solução	162
3.5. Aplicação no tempo das leis sobre prazos	163
4. Interpretação e Integração da Lei	165
4.1. Interpretação	166
4.1.1. Formas de interpretação	166
4.1.1.1. Interpretação autêntica	167
4.1.1.2. Interpretação doutrinal	167
4.1.2. Objetivo ou fim da interpretação	169
4.1.3. Elementos da interpretação	170
4.1.3.1. Elemento gramatical	170
4.1.3.2. Elemento racional (e teleológico)	171
4.1.3.3. Elemento sistemático	172
4.1.3.4. Elemento histórico	173
4.1.4. Resultados da interpretação	174
4.1.4.1. Interpretação declarativa	174
4.1.4.2. Interpretação extensiva	174
4.1.4.3. Interpretação restritiva	175
4.1.4.4. Interpretação corretiva	175

4.1.4.5.	Interpretação revogatória ou ab-rogante	175
4.1.4.6.	Interpretação enunciativa	176
4.2.	Integração das lacunas	176
4.2.1.	Noção de lacuna	176
4.2.2.	Dever de julgar	177
4.2.3.	Analogia e interpretação extensiva	178

PARTE III – AS GRANDES DIVISÕES DO DIREITO 181

1.	O Direito Objetivo e o Direito Subjetivo	183
1.1.	O direito objetivo	183
1.1.1.	A norma jurídica	185
1.1.1.1.	Noção	185
1.1.1.2.	Estrutura	185
1.1.1.3.	Características	186
1.1.1.4.	Classificação das normas jurídicas	187
1.1.1.4.1.	Classificação baseada na natureza da conduta	188
1.1.1.4.2.	Classificação baseada no âmbito de aplicação das normas jurídicas	192
1.1.1.4.3.	Classificação baseada no campo de aplicação territorial das normas jurídicas	193
1.1.2.	A eficácia da norma	193
1.1.2.1.	Ignorância ou má interpretação da lei	193
1.1.2.2.	Obrigação de julgar e dever de obediência � lei	194
1.2.	O direito subjetivo	195
1.2.1.	A rela�o jurídica	195
1.2.2.	Direito subjetivo e direito subjetivo propriamente dito	196
1.2.3.	Aquisi�o dos direitos	197
1.2.4.	Exercício dos direitos	198
1.2.4.1.	O tempo	198
1.2.4.2.	A boa-f�	198
1.2.4.3.	A proibi�o do abuso de direito	198
1.2.5.	Perda dos direitos	199
1.2.5.1.	A prescri�o	199
1.2.5.2.	A caducidade	200
1.2.5.3.	A renúncia	201
1.3.	Direitos subjetivos absolutos e relativos	202
1.4.	Direitos potestativos e �nus jurídicos	203

1.5. Poderes-deveres ou poderes funcionais	205
2. O Direito Substantivo e o Direito Adjetivo	207
3. O Direito Público e o Direito Privado	209
3.1. Considerações prévias	209
3.2. Critérios de distinção	210
3.2.1. Critério do interesse tutelado pela norma jurídica	210
3.2.2. Critério da qualidade dos sujeitos da relação jurídica	211
3.2.3. Critério da posição do sujeito na relação jurídica	211
3.3. Conclusão	213
3.4. Ramos do Direito Público	215
3.4.1. Direito Constitucional	215
3.4.2. Direito Administrativo	216
3.4.3. Direito Penal	217
3.4.3.1. Queixa eletrónica	218
3.4.4. Direito Contraordenacional	221
3.4.5. Direito Financeiro	221
3.4.6. Direito Tributário	222
3.4.7. Direito Fiscal	222
3.4.8. Direito Económico	222
3.4.9. Direito Processual	223
3.5. Ramos do Direito Privado	223
3.5.1. Direito Civil	223
3.5.2. Direito Comercial	225
3.5.3. Direito Empresarial	225
3.5.4. Direito do Trabalho	226
3.6. Outros Ramos de Direito	232
3.6.1. Direito do Ambiente	233
3.6.2. Direito dos Consumidores	234
3.6.3. Direito da Concorrência	236
3.6.4. Direito Canónico	237
3.6.5. Direito Europeu	237
3.6.6. Direito da Segurança Social	239
3.6.7. Direito Internacional Público (Direito das Gentes)	239
3.6.8. Direito Internacional Privado	240
3.6.9. Direito do Urbanismo	240
3.6.10. Direito da Propriedade industrial	241
3.6.11. Direitos de Autor e Direitos Conexos	242

PARTE IV – OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA: AS PESSOAS SINGULARES E COLETIVAS	245
1. A relação jurídica: noção e sujeitos	247
2. Pessoas Singulares	251
2.1. Personalidade jurídica	251
2.1.1. Início e termo da personalidade jurídica	252
2.1.2. Direitos de personalidade	252
2.1.2.1. Direito à autodeterminação da identidade de género, expressão de género e direito à proteção das características sexuais de cada pessoa	254
2.2. Capacidade jurídica	257
2.2.1. Menoridade e emancipação	259
2.2.2. Regime jurídico do maior acompanhado	261
2.3. O domicílio	263
3. Pessoas Coletivas	265
3.1. Noção	265
3.2. Início e termo da personalidade jurídica	266
3.3. Sede	266
3.4. Classificação das pessoas coletivas	266
3.4.1. Elementos: o substrato e o reconhecimento	266
3.4.2. Associações: regime-quadro	268
3.4.2.1. Associações: caracterização e órgãos	268
3.4.2.2. Regime da «Associação na Hora»	269
3.4.2.3. Regime normal de constituição de associações: o regime do CC	271
3.4.2.4. Associações sem personalidade jurídica	271
3.4.3. Fundações: caracterização e procedimentos para a sua instituição	272
3.4.3.1. O reconhecimento	276
3.4.3.2. Processo normal	278
3.4.4. Concessão de utilidade pública a associações e fundações	283
3.4.5. Sociedades	286
3.4.5.1. Sociedades civis sob forma comercial e sociedades comerciais	286
3.4.5.2. Sociedades comerciais	286
3.4.6. Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS)	293
3.4.7. Cooperativas	294
3.4.7.1. Regime da «Cooperativa na Hora»	297

PARTE V – O OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA: AS COISAS, AS PRESTAÇÕES E O PATRIMÓNIO	299
1. As Coisas	301
1.1. Noção e características	301
1.2. Classificação legal	303
1.2.1. Coisas imóveis e móveis	303
1.2.2. Coisas simples e compostas	305
1.2.3. Coisas fungíveis e não fungíveis	305
1.2.4. Coisas consumíveis e não consumíveis	306
1.2.5. Coisas divisíveis e indivisíveis	306
1.2.6. Coisas principais e acessórias	307
1.2.7. Coisas presentes e futuras	307
1.2.8. Coisas corpóreas e incorpóreas	308
1.3. Benfeitorias	308
2. As Prestações	311
2.1. Requisitos da prestação	311
2.2. Regimes da prestação	313
2.3. Não realização da prestação (incumprimento da obrigação)	313
3. O Património	315
3.1. O património como garantia geral dos credores	315

PARTE VI – O FACTO JURÍDICO: OBRIGACIONAL, REAL, FAMILIAR E SUCESSÓRIO	317
---	------------

1. As Obrigações	319
1.1. Conteúdo da obrigação	319
1.2. Fontes das obrigações	322
1.2.1. O contrato-promessa e seu regime	324
1.2.1.1. O princípio da equiparação	326
1.2.1.2. Contrato-promessa com eficácia real	327
1.2.1.3. Incumprimento do contrato-promessa	328
1.2.1.4. A execução específica	329
1.2.1.5. A sanção do art.º 442.º, n.ºs 2 e 3 do CC	330
1.2.2. A responsabilidade civil	331
1.2.2.1. Responsabilidade civil por atos ou factos ilícitos	332
1.2.2.2. Responsabilidade civil pelo risco	334
1.2.2.3. Responsabilidade civil por atos ou intervenções lícitas	335

1.3.	Modalidades das obrigações	335
1.3.1.	Obrigações conjuntas	336
1.3.2.	Obrigações solidárias	336
1.3.2.1.	Solidariedade de devedores e de credores	337
1.3.3.	Obrigações pecuniárias	338
1.4.	(In)Cumprimento das obrigações	338
1.5.	Extinção das obrigações	341
2.	Os Direitos Reais	343
2.1.	Noção	343
2.2.	A propriedade	344
2.3.	A posse	345
2.4.	Outros direitos reais	346
3.	As Relações Familiares	349
3.2.	O casamento	352
3.2.1.	Noção e modalidades	352
3.2.2.	O registo civil de casamentos celebrados por qualquer forma religiosa	354
3.2.3.	Promessa de casamento	355
3.2.4.	Impedimentos matrimoniais	356
3.2.5.	Efeitos pessoais do casamento	357
3.2.5.1.	Deveres e direitos dos cônjuges	359
3.2.5.2.	Dever de alimentos quanto aos cônjuges e ex-cônjuges	360
3.2.6.	Efeitos patrimoniais do casamento	364
3.2.6.1.	Regime da comunhão de adquiridos	364
3.2.6.2.	Regime da comunhão geral	365
3.2.6.3.	Regime da separação	366
3.2.6.4.	Regime de bens atípico	366
3.2.6.5.	Convenção antenupcial	366
3.3.	Dissolução do casamento: morte e divórcio	367
3.3.1.	Divórcio por mútuo consentimento ou por acordo	369
3.3.2.	Divórcio sem o consentimento de um dos cônjuges	372
3.4.	Separação judicial de pessoas e bens e simples separação judicial de bens	375
3.5.	Nulidade do casamento católico	377
3.6.	Partilha dos bens do casal dissolvido	378
3.6.1.	Inventário	378
3.6.2.	Partilha realizada na Conservatória do Registo Civil	384
3.7.	As responsabilidades parentais e dever de alimentos	387
3.8.	Parentesco, afinidade e adoção	394
3.9.	Apadrinhamento civil	398

3.10. União de facto e economia comum	401
3.10.1. União de facto e sua tutela legal	401
3.10.2. Economia comum e sua proteção jurídica	406
4. O Fenómeno Sucessório	409
4.1. Noção	409
4.2. Modalidades da sucessão	409
4.2.1. Sucessão legal	409
4.2.1.1. Sucessão legítima	410
4.2.1.2. Sucessão legitimária	412
4.2.1.2.1. Renúncia à condição de herdeiro legitimário	413
4.2.2. Sucessão voluntária	413
4.2.2.1. Sucessão contratual	414
4.2.2.2. Sucessão testamentária (testamento público e testamento cerrado)	414
4.3. Procedimentos simplificados de sucessão hereditária	416
4.3.1. Procedimento de habilitação de herdeiros, partilha e registos	417
4.3.1.1. Habilitação de herdeiros e de legatários	417
4.3.2. Procedimento de habilitação de herdeiros com ou sem registos	418
4.3.3. Procedimento de partilha e registos	419
4.3.4. Indeferimento do procedimento simplificado de sucessão hereditária	420
4.3.5. Considerações finais	420

PARTE VII – A GARANTIA DA RELAÇÃO JURÍDICA 423

1. A Administração do Direito	425
1.1. Considerações prévias	425
1.2. Tutela preventiva e tutela repressiva	426
1.2.1. Tutela preventiva	427
1.2.2. Tutela repressiva	427
1.3. Tutela pública	429
1.3.1. A tutela judicial	430
1.3.2. A tutela administrativa	432
1.4. Tutela privada	432
1.4.1. Ação direta	432
1.4.2. Legítima defesa	433
1.4.3. Estado de necessidade	435
1.4.4. Direito de retenção	435
2. Dos Tribunais	437

2.1.	Tribunal Constitucional	437
2.1.1.	Criação	437
2.1.2.	Composição	438
2.1.3.	Competência	438
2.2.	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	440
2.2.1.	Criação	440
2.2.2.	Composição	441
2.3.	Tribunal de Justiça da União Europeia	443
2.3.1.	Criação e competências	443
2.4.	Tribunal Internacional de Justiça	447
2.4.1.	Criação, composição e competência	447
2.5.	Tribunal Penal Internacional	449
2.5.1.	Criação, composição e competência	449
3.	Os Tribunais Portugueses	451
3.1.	Considerações iniciais	451
3.2.	A redefinição dos territórios da Justiça e a da estrutura judiciária – breves notas históricas	453
3.3.	A Lei da Organização do Sistema Judiciário – LOSJ	457
3.3.1.	Categorias de Tribunais e sua hierarquia	463
3.3.1.1.	Os tribunais judiciais de primeira instância	464
3.3.1.2.	Tribunais da Relação	465
3.3.1.3.	Supremo Tribunal de Justiça (STJ)	466
3.4.	Da Competência dos Tribunais Portugueses	468
3.4.1.	Competência material	468
3.4.2.	Competência territorial	468
3.4.3.	Competência em razão do valor Alçada dos Tribunais	469
3.4.4.	Competência em razão da hierarquia	471
3.5.	Competência convencional	471
3.6.	Conflitos de jurisdição e competência	473
3.7.	Tribunal singular, coletivo e do júri	474
3.8.	Agentes da administração da Justiça	474
3.9.	Acesso ao Direito e aos Tribunais	478
3.9.1.	Modalidades do regime: informação e proteção jurídicas	479
3.9.2.	Procedimento para requerer apoio judiciário	482
3.9.3.	Tramitação do pedido	483
3.9.4.	Cancelamento e caducidade do pedido	484
4.	Composição Extrajudicial de Litígios	487
4.1.	Considerações prévias	487
4.2.	Julgados de Paz	488

4.2.1. Natureza e objetivos	488
4.3. Mediação: Noção, vantagens e desvantagens	490
4.3.1. Mediação em processo penal	492
4.3.2. Mediação familiar e laboral	494
4.4. Arbitragem	497
4.4.1. Noção	497
4.4.2. Tramitação do processo de arbitragem	500
4.4.3. Notas finais	501